

Sarney começa a articular apoio para ir ao FMI

Quércia, após almoço no Alvorada, afirma que a questão do Fundo não passa de preconceito

EUGENIO NOVAES



Ulysses e Quércia reunidos: um balanço de forças para a ratificação do acordo

Ao receber o paulista Orestes Quércia à mesa de almoço ontem no Alvorada, o presidente Sarney sinalizava a sua disposição de entender-se com os governadores nos desdobramentos definitivos dos trabalhos da Constituinte que agora se iniciam e, ao mesmo tempo, começava a receber apoio dos governos estaduais para a nova política de reaproximação com o FMI.

“Se não vamos ser monitorizados, por que não nos entendermos com o FMI?”, questionava Quércia, no meio da tarde, ao senador paranaense Leite Chaves, num esforço para abrir espaço dentro do PMDB à nova política. Momentos antes, o governador, a partir da saída do Alvorada, iniciava uma série de declarações à imprensa em que estimulavam a volta ao Fundo.

Argumentava Quércia que a questão do FMI não passa de um preconceito contra a sigla. “Na verdade, o que temos, é um grande receio em relação à sigla do FMI, mas, se vamos conversar com eles impondo nossas condições, como a de não aceitar orientações recessivas, por que não podemos nos entender?”

Em sua insistência em desmistificar a volta ao Fundo, Quércia apontava mais um argumento de natureza prática:

— O nosso entendimento com o FMI é necessário para a liberação do dinheiro que os japoneses nos querem mandar. Os japoneses conhecem apenas o FMI como agência internacional repassadora de recursos, eles ignoram a existência de outras instituições, como os bancos. Por isso, exigem o FMI.

Sem se comprometer, o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães ouviu, em seu gabinete na presidência da Câmara, as ponderações do governador Quércia, logo depois que este saiu do almoço com Sarney. Tentava Quércia abrir em Ulysses um espírito favorável à conversa que o presidente do partido terá hoje com o ministro da Fazenda, Bresser Pereira.

GOVERNADORES

Os governadores, que constituíram a segunda parte do cardápio do almoço no Alvorada, passaram a ser um alvo para Quércia. Embora não tenha a mesma pressa que a questão do FMI, tem prazo cer-

to para se preocupar: 13 de agosto, último dia para a apresentação de emendas constitucionais na Constituinte.

Encarregou-se o governador de, antes dessa data, acertar um encontro conjunto com todos os seus colegas de partido para ajustar uma posição comum face à Constituição futura. “Necessariamente, a posição dos governadores não precisa ser a mesma do Planalto na Constituinte”, advertiu Quércia ao CORREIO.

Na realidade, a reforma tributária é uma das questões básicas que os governadores pretendem examinar para arrecadar mais recursos aos Estados e Municípios e romper relativamente a dependência deles em relação ao Governo Federal. “Não é possível fazer uma reforma tributária sem que, dela, alguém saia

“O presidente Sarney não vai aceitar um acordo do Brasil com o FMI no molde tradicional que implicaria recessão e desemprego”

Governador Quércia saindo do Planalto

perdendo e alguém saia ganhando”, admitia pragmaticamente o governador.

Nesse caso, o que os Estados e os Municípios lucrarem na questão tributária será em cima da União, e vice-versa. Por isso, os governadores e o Presidente podem chegar a posições diferentes em relação à questão tributária, como Quércia procura deixar claro enquanto dedica-se ao exercício de articular a reunião com os colegas.

Mas, em compensação, Sarney pode ficar tranquilo em relação a uma coisa: os governadores não vão se articular para defender-lhe um mandato inferior a cinco anos na Presidência. “Quase todos os governadores são a favor dos cinco anos”, ressalta Quércia, dizendo que o entendimento, nessa área, é tão óbvio que dispensa articulações.

Na verdade, a articulação do encontro dos governadores, que precisa acon-

tecer antes do dia 13, não sai logo nos próximos dias porque há um deles a ser incorporado ao consenso que o grupo pretende estabelecer entre si: o alagoano Fernando Collor, que gostaria de eleger logo o sucessor de Sarney no Planalto.

No mais, é preciso contornar o sergipano Antônio Carlos Valadares, o único governador fora dos quadros do PMDB, eleito pelo PFL. Valadares não faria falta no encontro dos governadores, que, tranquilamente, pode se restringir ao PMDB mesmo. E, se depender de Quércia, nem a divisão de fatias do poder seria alterada para abrir mais espaço ao fiel PFL.

“Acho que o poder está muito bem repartido entre o PMDB e o PFL”, explicava Quércia, ressaltando que Sarney não precisa atender às reclamações por mais cargos apresentados pelo PFL em troca da taxa mais alta de fidelidade ao Planalto que os pefelistas apresentam em seus quadros.

Aliás, na opinião de Quércia, outros segmentos parlamentares e até partidos novos podem engrossar a base de apoio a Sarney no Governo, mas desde que isso não se faça à custa da engorda da Aliança Democrática, na qual os lugares seriam exclusivos do PMDB e do PFL, assim como a distribuição de cargos no Governo.

Com tantas preocupações na cabeça, Quércia saía ontem do Congresso, às 15h53, sem se lembrar de sua própria bancada, a do PMDB paulista, na qual desponta o senador Mário Covas, hoje o maior líder contra Sarney na Constituinte. Já estava Quércia dentro do Opala do governo paulista, pronto para ir embora, quando, nervoso, Covas golpeou com o dedo o vidro do carro, para chamar a sua atenção:

— Como é? Você não cumprimenta o senador?

Sem graça, Quércia, ágil, saltou do carro para abraçar o senador, que continuou a cobrar-lhe:

— Então, você vem aqui e não me visita? Não procura a gente para conversar?

Mais uma vez com desapontamento, Quércia registrou nas frases de Covas um convite ao diálogo que poderia ser bom para os dois e prometeu corrigir-se:

— E que você está sempre muito ocupado... mas eu vou procurá-lo para conversarmos...